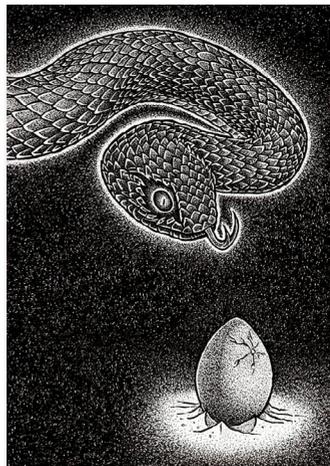


Neofascismo no Brasil? Posições em debate entre 2018 e 2020

FÁBIO BACILA SAHD

RESUMO: O presente artigo apresenta intervenções feitas no debate sobre a natureza do bolsonarismo, entre o final de 2018 e a pandemia do coronavírus. Vários intelectuais renomados se engajaram nesse esforço classificatório, constituindo um rico debate conceitual, ampliável para definir outras experiências da extrema-direita na contemporaneidade. Após uma breve genealogia dessa discussão, adentramos na apresentação crítica dos autores que se manifestaram no período recortado, relacionando-os à bibliografia internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Neofascismo. Extrema-direita. Globalização. Modernidade.



Neofascism in Brazil? Positions in debate between 2018 and 2020

ABSTRACT: This article presents interventions made in the debate on the nature of Bolsonaroism between the end of 2018 and the coronavirus pandemic. Several renowned intellectuals engaged in this classificatory effort, constituting a rich conceptual debate, expandable to define other experiences of the extreme right in contemporary times. After a brief genealogy of this discussion, we enter into the critical presentation of the authors who manifested themselves in the clipped period, relating them to the international bibliography.

KEYWORDS: Neofascism. Far right. Globalization. Modernity.

FÁBIO BACILA SAHD

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Centro de Bacabal.
E-mail: fabiobacila@gmail.com

RECEBIDO: 16/09/2020

APROVADO: 22/03/2021

1 Introdução

2018 é mais um daqueles anos que não acabou de todo no dia 31 de dezembro, no Brasil. Fogos de artifício comemorativos contrastaram com a verdadeira angústia sentida por muitas e muitos, estarecidos com a tradicional sucessão presidencial vindoura. A já grande consternação sobre o futuro das instituições democráticas brasileiras, desde, ao menos, o golpe palaciano de 2016, foi potencializada pelas expectativas em torno de quem vestiria a faixa presidencial, um notório entusiasta do passado autoritário recente do país. O desfecho daquele inolvidável e radicalizado pleito eleitoral foi surpreendente. Até pouco tempo antes, a guinada à extrema-direita parecia muito improvável para boa parcela da intelectualidade nacional. Parodiando o refrão de uma música recente, que usa linguajar familiar e recorrente aos vitoriosos: “Que tiro foi esse?”.

Naquela virada de ano, o cano do revólver ainda estava quente, em decorrência do projétil disparado, que atingiu várias cabeças pensantes desse país. Sucedeu-se ansiedade, mas também envolvimento de vozes proeminentes nos círculos acadêmicos em um esforço interpretativo e classificatório, que já vinha sendo feito. Ao menos, desde 2016, veio ganhando corpo o debate acerca da correta definição da natureza política de nossos tempos, se populistas ou fascistas, variando os prefixos. A vitória de Bolsonaro praticamente forçou maior envolvimento, após considerável tinta já ter sido gasta por pessoas menos ilustres, mas não menos críticas nem menos preocupadas com a atual conjuntura. Após as eleições, com os fatos consumados, acusações de “alarmismo” se esvaziaram. A questão mobilizadora, reproduzida em vários canais midiáticos, foi entender como chegamos onde chegamos e como definir esse local inusitado. O engajamento de intelectuais famosos deu ainda mais holofote para essa calorosa discussão sobre o possível ressurgimento do fascismo. Bolsonaro representaria um extrato obscuro, autoritário e discriminatório, negado ou negligenciado, mas disseminado entre a população, espécie de retorno do recalcado, com isso explicando seu sucesso? Quais as consequências desse fenômeno, cuja classificação é questão em aberto? Há perigo real de ruptura democrática? Como remendar

o tecido social esgarçado e esfarrapado diante da polarização? Muitas opiniões se defrontaram.

Analisamos neste artigo o debate sobre o bolsonarismo feito após seu triunfo, quando se tornou forçoso compreender a natureza dos fatos recentes. Como sujeitos pertencentes ao universo acadêmico, as opiniões políticas dos debatedores que discutiremos, expressas nas mídias, acabaram por refletir as próprias linhas interpretativas das ciências humanas acerca dos atuais fenômenos. Iniciaremos com uma brevíssima síntese do debate acumulado até o pleito, para, então, apresentar criticamente a argumentação de quem veio a se posicionar no pós-eleição, relacionando tal posição ao debate global atual. Operamos uma varredura nas redes para levantar os materiais aqui analisados, mas não pretendemos dar conta da totalidade dado o próprio hiperdimensionamento do debate público na era digital, que também explica o recorte temporal aqui feito. Possivelmente, ignoramos intervenções anteriores dos autores citados. O desafio foi delimitar a enormidade do material coletado, sendo o critério de seleção tanto a trajetória dos interlocutores quanto a qualidade de suas exposições.

2 Síntese do debate sobre o (neo)fascismo no Brasil contemporâneo

Em outra oportunidade, em uma breve genealogia, remontamos o primeiro texto sobre o (neo)fascismo no Brasil ao ano de 2008 (cf. VIANNA, 2008), com o tema voltando à tona no contexto eleitoral de 2014, mas ganhando peso a partir de 2016. O portal online do Instituto Humanitas da Unissinos (IHU) compilou a maior parte desses textos,¹ aos quais muitos outros foram acrescentados até a eleição presidencial de 2018, quando o conceito se popularizou de vez e virou parte do repertório discursivo para deslegitimar o candidato da extrema-direita. O debate conceitual foi tudo, menos

1 Neste artigo, serão mencionados muitos dos artigos midiáticos da Revista do Instituto Humanitas da Unissinos (IHU). Como essa publicação se dá em ambiente online e os artigos não apresentam paginação, a cada indicação da fonte de uma citação, essa ausência de paginação será identificada com a sigla [s.p.].

leviano ou panfletário. Nas disputas pela definição mais adequada, houve quem atacou e quem defendeu o uso do fascismo para classificar experiências contemporâneas, especialmente a brasileira. Uns optaram por alternativas, como neopopulismo, outros utilizaram a definição clássica de fascismo, sem aditivo algum, e tantos outros recorreram a prefixos ou atrelaram outros adjetivos aos termos. Para muitos, o trumpismo já triunfante serviu de referência, tendo sido tal manifestação teorizada por autores renomados, como Alan Badiou (2017, [s.p.]), para quem se trata do “novo fascismo” ou do “retorno à velha existência [que] aparece subitamente como novo”.

Pela incomum clarividência, destacamos, no cenário brasileiro, o texto de Bruno Lima Rocha (2017), no qual o autor já havia nominado Bolsonaro e Mourão e havia apontado o perigo iminente representado pela desorganização social do país, instabilidade institucional, fundamentalismo, autoritarismo e neoliberalismo. Esses ingredientes foram cozidos no mesmo tacho por distintas frações das classes dominantes, em fogo, gradativamente, intensificado, tornando-se altíssimo após a fachada contra Bolsonaro. Aquela fachada consolidou o estereótipo salvífico do presidente mártir, que resistiu à morte para redimir a nação em crise. Inclusive, houve quem, bem antes, tenha diagnosticado o cristofascismo (cf. PY, 2019, [s.p.]), que destaca a construção da imagem de Bolsonaro com características cristológicas, legitimando-se como “ungido de Deus para essa nação”.

Até a manifestação tardia de nomes de peso da intelectualidade brasileira, a pilha de indícios já havia adquirido altura suficiente para que os fatos não pudessem ser negados, cabendo a disputa pela definição mais correta. Além do caso nacional, já estava à disposição dos ilustres cérebros fenômenos similares espalhados pelo globo, conectados e classificados de forma afim. Predominam as interpretações que recorrem ao “neopopulismo”, mas não foram poucos a utilizar “(neo)fascismo” ou “fascismo social”, relacionando essa ideologia ou forma de mobilização gelatinosa, mas autoritária, às contradições da modernidade e aos dispositivos de poder operados para manter opressões e realizar engenharias sociais, descartando vidas indesejadas e incapazes de sobreviver.

Alguns nomes de peso se posicionaram pouco antes da vitória bolsonarista. Jesse Souza (2018) foi assertivo, sintetizando fascismo e utilizando-o para definir o bolsonarismo e sua estratégia goebbiana de arregimentar e mobilizar medos e ansiedades de modo vertical contra bodes expiatórios, configurando uma narrativa distorcida, irracional e violenta. “O fascismo implícito sempre foi o DNA da opressão de classes entre nós” (SOUZA, 2018, [s.p.]). Virginia Fontes falou em “neofascismo” e apontou os vínculos internacionais dos Bolsonaros com personalidades, como Steve Bannon, além da atuação anterior de grupos “protofascistas”, gozando de apoio político e financeiro na construção das esquerdas como “inimigo público” e surpreendendo seus aliados oportunistas (as elites tradicionais) na hora decisiva, mostrando que não poderiam ser controlados, como “retaguarda” ou “chantagem permanente” (BRITO, 2018, [s.p.]). Luis Felipe Miguel denunciou a disposição das elites em comprometer a democracia formal se necessário para manter as desigualdades e sua exploração, aderindo a um projeto de “inegável tonalidade fascista” ou com “proximidades significativas” (ESTAMOS..., 2018, [s.p.]). Agravando o quadro, a “imparcial” imprensa brasileira normalizou esse “discurso claramente fascista”, ao invés de marcá-lo como inaceitável.

Paralelamente, os diagnósticos foram enriquecidos por considerações muito pertinentes de sujeitos menos renomados, como Rodrigo Nunes, que identificou os setores que viabilizaram o bolsonarismo (mídia, judiciário e a oposição aos governos do PT) e analisou o fascismo a partir da psicologia social (cf. NECCHI, 2018). Ricardo Antunes (2018), embora não seja especialista no tema, mencionou a atuação de grupos “protofascistas e fascistas” nas manifestações de 2013 (constituindo “elemento novo e imprevisível”) e nas mobilizações pelo impedimento de Dilma, dividindo as ruas com outros setores de classe média (liberais, conversadores e autoritários). Ele também definiu o precariado como “uma nova classe”, com configuração “mais desorganizada, oscilante e ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável e facilmente atraída por ‘políticas populistas’, suscetíveis de acolhimento, inclusive, de apelos ‘neofascistas’” (ANTUNES, 2018, p. 259; 267; 280).

O desfecho eleitoral ampliou a contenda intelectual pela classificação mais adequada, envolvendo diferentes periódicos e sujeitos, uns mais, outros menos renomados. O portal IHU online, já no dia 31 de outubro, reproduziu artigo sobre o tema, com Juan Manuel Karg (2018) relacionando “pós-verdade e pré-fascismo”, considerando a centralidade da consolidação da primeira na vitória da extrema-direita. Karg (2018) denunciou disparos de *fake news* por meio de contratos milionários com várias empresas, que abasteceram grupos de *WhatsApp* com mentiras. Acusações análogas foram feitas, dias antes, durante o próprio pleito, por intelectuais, movimentos e partidos, acusando a constituição de uma “estrutura de propaganda profissionalmente montada para este propósito” (NECCHI, 2018, [s.p.]). Nesse mesmo sentido, há anos a direita mais moderada (mas, também o “petismo”) estaria se valendo das *fake news*, erodindo o ambiente e as instituições reguladoras da ideia de verdade (NECCHI, 2018). Eis a lógica global muito bem esmiuçada por D’Ancona (2018), Empoli (2019) e Finchelstein (2020), que pensam também o caso brasileiro.

Após esse texto de Karg (2018), o IHU seguiu reproduzindo e produzindo matérias sobre o (neo)fascismo, contemplando distintas opiniões. Paralelamente, o jornal *Brasil de Fato* sediou parte desse debate, gradativamente encorpado. Ainda que implicitamente, as diferentes posições arguidas refletem as correntes interpretativas do próprio conceito de fascismo ou populismo, dividindo-se entre as variadas influências teóricas. Estas vão desde a herança frankfurtiana e da psicologia social até as reflexões “pós-estruturalistas” sobre discurso, subjetividades e sensibilidades na modernidade como dispositivo de poder e suas contradições, passando pelos vínculos entre capitalismo, neoliberalismo e fascismo, como expresso no conceito de “fascismo social” ou no debate sobre a “pós-democracia” e gestão dos indesejáveis, sintetizado por Rubens Casara (2018).

No âmbito do IHU, duas entrevistas foram publicadas em 25 de março de 2019, que demonstram a circulação do debate global no país. Massimo Cacciari, catedrático de filosofia e ex-prefeito de Veneza, defende que, para “resistir aos novos populismos, soberanismos e nacionalismos” (ELAKNNIN, 2019, [s.p.]), a esquerda

precisa criar um partido diferente, que não reedite o neoliberalismo ou a velha socialdemocracia. Não há marcha contemporânea ao fascismo, que foi uma “grande tragédia”. O que testemunhamos seria uma farsa protagonizada por uma “extrema-direita pífia”, sem condições de provocar desastres (ELKANNIN, 2019, [s.p.]).

O renomado historiador, especialista no conceito, Emilio Gentile, igualmente, refutou a possibilidade de um retorno, distinguindo entre o “fascismo histórico” e “todos aqueles que usam da violência em movimentos de extrema-direita” (posteriores a 1945) (cf. ATTANASIO, 2019, [s.p.]), que, por sua vez, é quem se opõe aos princípios da Revolução Francesa de igualdade e liberdade, defendendo a primazia da nação. São situações distintas. Várias experiências de extrema-direita existiram antes e depois, sem gerar um regime totalitário, expansão imperialista ou submeter a sociedade a um sistema hierárquico militarizado. Portanto, só seria possível usar o conceito para se referir aos casos históricos, caracterizados por movimentos de massa organizados militarmente, que tomaram o poder e tornaram regimes parlamentaristas em Estados totalitários de partido único, almejando “transformar, regenerar ou até criar uma nova raça em nome de seus objetivos imperialistas e de conquista hoje ausentes” (ATTANASIO, 2019, [s.p.]). Logo, o perigo atual não seria o fascismo, mas democracias reivindicando a soberania popular e assumindo “características racistas, antisemitas e xenóforas”, tornando-se “forma de repressão com o consentimento popular” (ATTANASIO, 2019, [s.p.]). Conforme Gentile, “na história, nada volta, nem de um jeito diferente” e definir casos atuais como fascistas “não nos permite compreender a verdadeira novidade destes fenômenos e o perigo que representam” (ATTANASIO, 2019, [s.p.]).

Crítica semelhante constituiu o ponta pé inicial do debate sediado pelo *Brasil de Fato*, entre janeiro e abril de 2019. Foram publicados quatro artigos acerca da melhor definição de Bolsonaro, com Atilio Boron sendo o primeiro a tocar na bola, posteriormente dominada por Armando Boito Jr. que, em direção contrária, tentou driblar seu adversário com três textos, e depois partiu para fingir Gilberto Maringoni e Artur Araújo, disputando o entendimento sobre “quem governa” e “para quem governa”, ou seja, a composição e a representatividade de classe da nova gestão.

Iniciando a trama, Boron (2019) classificou como “erro grave” as caracterizações banalizadas de Bolsonaro como fascista. Nem a presença ou proximidade de grupos fascistas de um governo o torna um, nem o fascismo se origina das características de um líder político, por mais que ele tenha tal personalidade, pois isso não permite definir sua gestão. Da perspectiva do materialismo histórico, trata-se de “forma excepcional do Estado capitalista, com características absolutamente únicas” (BORON, 2019, [s.p.]), irrompendo a partir da crise do modelo ideal de dominação (democracia burguesa), não sendo passível de reprodução. Nos fascismos, o bloco dominante foi hegemonizado por uma burguesia nacional, que recorreu à via despótica e reacionária. Hoje, “não existe regime fascista devido à ausência de seu principal protagonista”, sucedido por uma “burguesia imperial e multinacional” (BORON, 2019, [s.p.]). Ademais, os fascismos foram estadistas, intervencionistas, antiliberais e “raivosamente nacionalistas”. Hoje, governantes como Bolsonaro são ultraliberais em economia e apresentam uma “retórica insubstancial”, que não privilegia o interesse nacional brasileiro, mas uma “total submissão e recolonização do Brasil sob a égide dos Estados Unidos” (BORON, 2019, [s.p.]). Uma terceira discrepância (constituindo o ponto mais frágil de sua argumentação) é que, se os fascismos “foram regimes de organização e mobilização de massas, especialmente de camadas médias”, destruindo ou aparelhando movimentos (“a vida social foi ‘corporativizada’ e verticalizada), Bolsonaro acentuaria a despolitização, aumentando a “fragmentação e atomização da sociedade”, desmobilizando-a (BORON, 2019, [s.p.]). Contudo, o presidente brasileiro não necessariamente “se absterá de aplicar as brutais políticas repressivas que caracterizaram os fascismos europeus [...]. Será um regime parecido com as mais sanguinárias ditaduras militares conhecidas no passado, mas não será fascista” (BORON, 2019, [s.p.]).

A réplica de Boito Jr. (2019a; 2019b; 2019c) se fundamentou, basicamente, em Nicos Poulantzas, afirmando a atualidade do conceito, que “não pode ser excluído das possibilidades presentes na atual conjuntura brasileira” (BOITO JR., 2019a, [s.p.]), dado que tem potencial de ressurgir, com o bloco no poder assumindo

formas distintas diante das crises políticas e de representação. Há também instabilidade e incapacidade de uma classe ou fração se tornar hegemônica, bem como a possibilidade de uma crise econômica e ideológica paralela. Ele questiona, assim, a suposta impossibilidade de caracterizar o governo de Bolsonaro como fascista, ou que venha a se converter em um. No segundo texto, sustenta a hipótese de um “eventual Estado fascista no Brasil” aplicando uma “política neoliberal e ‘neocolonial’” a serviço do capital internacional e não da burguesia nacional, como nos fascismos clássicos (BOITO JR., 2019c, [s.p.]). “Fascismo, neoliberalismo e neocolonialismo não são excludentes” e, inclusive, “o neofascismo já [está] em vigor no Brasil” (BOITO JR., 2019b, [s.p.]), sendo fundamental para caracterizá-lo e viabilizá-lo não só a distinção entre forma de Estado e bloco no poder, como a existência de uma ideologia e de um movimento fascista que suportem essa “forma ditatorial do Estado capitalista” (BOITO JR., 2019b, [s.p.]), cuja implantação pode ser imediata ou postergada conforme a interpretação das circunstâncias pelo grupo que chegou ao poder e encarna tal referencial. No Brasil haveria ideologia e movimento neofascista, além de um governo no qual essa ala disputa a hegemonia com a militar, apegada a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura. “Não temos um regime político fascista”, mas uma “democracia burguesa deteriorada e em crise”, cujo governo está nas mãos do “principal representante desse movimento” (BOITO JR., 2019b, [s.p.]), sendo Olavo de Carvalho seu principal ideólogo. Propõe uma definição, diferenciando a versão nova da clássica e, assim, justificando o emprego do prefixo “neo”:

[...] nas suas características mais gerais, o fascismo é um movimento reacionário de massa, enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas e movido por um discurso superficialmente crítico da economia e do Estado burgueses. É um movimento que chega ao poder, não como representante de tais classes intermediárias, mas, sim, após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma de suas frações com o objetivo de, apoiada nele, superar uma crise política e implantar um governo antidemocrático, antioperário e antipopular. Essa dinâmica [...]

prevaleceu tanto no fascismo clássico quanto no neofascismo brasileiro [...] tem por objetivo eliminar – e não simplesmente derrotar – a “esquerda” do processo político. “Esquerda” é um termo genérico e meramente indicativo [...] O inimigo do fascismo clássico ameaça abertamente o capitalismo, organiza partidariamente as grandes massas operárias e, por isso, exige do fascismo um partido também de massa para a ele se opor. Esse partido de massa foi um partido pequeno-burguês, que comportava também militantes e dirigentes recrutados em setores desqualificados da sociedade. Já o inimigo do neofascismo brasileiro não é uma ameaça aberta ao capitalismo, visa reformar o modelo capitalista neoliberal e se apoia, sem organizar politicamente, na heterogênea parcela da população, típica dos países de capitalismo dependente, que podemos denominar “trabalhadores da massa marginal”. Por isso, o neofascismo pode dispensar um partido de massa, pode mobilizar suas bases para lutas específicas pelas redes sociais, e é um movimento tipicamente de frações da classe média, além de militantes e apoiadores, como ocorreu com o fascismo clássico, em setores do lumpemproletariado [...] Acrescentemos que o movimento neofascista da alta classe média, mobilizado quando da pré-campanha eleitoral de Jair Bolsonaro já em 2016 e 2017, contou, desde o seu início, com a adesão de grandes e médios proprietários de terra principalmente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste [...] Foi a alta classe média que tomou a iniciativa de iniciar a luta pelo impeachment, enquanto o PSDB dividido hesitava, e foi daquele movimento que surgiu o movimento neofascista [...] Do antipetismo de 2015 ao neofascismo de 2019 o caminho não é tão tortuoso. O capital internacional e segmentos da grande burguesia brasileira confiscaram esse movimento de classe média para, no caso do capital estadunidense e dos segmentos da grande burguesia brasileira a ele associados, perfilar o Estado e a economia brasileira ao lado dos Estados Unidos na disputa de hegemonia com a China. Nos dois casos, no fascismo clássico e no neofascismo brasileiro, o principal do processo político resulta dos conflitos entre frações da burguesia

– grande capital versus médio capital, no primeiro caso, burguesia associada e capital internacional versus a burguesia interna, no segundo – e também da intervenção política massiva de uma classe social intermediária – a pequena burguesia no fascismo clássico e a classe média no neofascismo [...] nas fases mais avançadas do processo de fascistização, tanto no fascismo clássico, quanto no neofascismo, as classes populares vêm de seguidas derrotas e se encontram politicamente na defensiva [...] Considero que o neofascismo poderá ganhar a hegemonia no governo e vir a implantar uma ditadura neofascista no Brasil – embora eu não veja essa hipótese como a mais provável no momento (BOITO JR, 2019b, [s.p.]).

O fascismo é movimento, porque mobiliza (eis sua principal diferença para outras formas ditatoriais) e é de massa, porque contém elementos ideológicos não burgueses, que extrapolam sua base social de origem. No fascismo clássico, eram elementos pequeno-burgueses e a mobilização era via partido de massas. No “neo”, são ideias oriundas da classe média (principalmente crítica do “jogo sujo da velha política” corrupta e insegurança diante da criminalidade), convergindo na proposta conservadora de eliminar movimentos e reforçar o autoritarismo, desprezando instituições e violando direitos e liberdades fundamentais, com a mobilização substituída pelas redes sociais, que cumprem a função do partido que falta (BOITO JR, 2019b). Parece ter havido uma revisão dessa questão da mobilização no último texto, de abril, com Boito Jr. (2019c, [s.p.]) apontando que o “bolsonarismo” nasceu dos “três ou quatro anos de grandes manifestações de rua” contra a esquerda e a centro-esquerda, sendo o “episódio maior e fundador o Junho de 2013”, quando já havia “grupos neofascistas” atuando, embora nada estivesse muito claro. Longe de se desmobilizar, “os fascistas estão presentes e minimamente organizados nas escolas, nas ruas e em outros locais públicos em que o seu discurso superficialmente crítico e profundamente reacionário obtém algum impacto popular” (BOITO JR, 2019c, [s.p.]), pautando temas que têm eco (“corrupção, insegurança, política de favores”) e que os governos petistas não só não resolveram, como incorporaram.

Vale notar que os artigos de Boito Jr. (2019b; 2019c) foram escritos antes do lançamento da Aliança pelo Brasil, vulgo “três oitão”, que fundamenta seu estatuto nas *fake news*, configurando o ideário conspiratório e violento típico dos fascismos, mobilizando por meio do ódio, o que foi percebido e criticado por alguém de dentro do próprio regime (MAIA, 2020). Ademais, as mobilizações de rua se intensificaram em 2020, com Bolsonaro saudando presencialmente os manifestantes, apesar da pandemia, e com seus canais permanentemente inflamando sua base contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. Esse crescente autoritarismo também se mostra refletido nas ruas. Contudo, tal idealização e oposição do executivo aos demais poderes não é linear, pois, se nas ruas e redes, o conflito foi promovido, nos bastidores do governo houve uma aproximação e cooptação do centrão. Ou seja, a retórica revolucionária e do ressentimento deu continuidade à narrativa do *outsider*, mobilizando e ocultando a reprodução das estruturas, de forma semelhante aos fascismos.

Analisando a situação criticamente, Boito Jr. (2019b; 2019c) não faz o contraponto devido a Boron (2019), ao ignorar que o “nacionalismo raivoso” está simbolicamente muito presente. Ele é estruturante do discurso bolsonarista em oposição a seu outro simbólico, o comunismo, atualizando de forma muito fiel o imaginário do “choque das civilizações” (como fica evidente na produção do chanceler Ernesto Araújo). Outra questão que merece destaque é que o ultraliberalismo não se verifica, necessariamente, nas demais experiências (neo)fascistas ou populistas, como nos casos europeus e mesmo no trumpismo, havendo retóricas econômicas marcadas pelo protecionismo (GEISELBERGER, 2019, [s.p.]).

A posição de Boito Jr. (2019d) foi melhor fundamentada na resposta que deu a textos de Gilberto Maringoni e Artur Araújo (2019a; 2019b), apontando, novamente, a classe média (especialmente, a fração mais abastada) e os proprietários de terras como “as duas pernas sobre as quais caminha o movimento neofascista no Brasil” (BOITO JR., 2019d). Por sua vez, para definir o que o novo governo brasileiro teria de inusitado, Maringoni e Araújo (2019a; 2019b) resgataram a definição de lumpesinato e colaram-na às reflexões do teórico da dependência, André Gunder Frank, sobre a lumpemburguesia, o lumpemdesenvolvimento e a dependência

na América Latina. Diante da crise de representação dos partidos e personalidades tradicionais das classes dominantes brasileiras, estas “se viram obrigadas a apostar no bolsonarismo como única arma disponível para derrotar o lulismo/petismo e inaugurar um novo ciclo de ‘acumulação por espoliação’ como elemento estrutural” (MARINGONI; ARAÚJO, 2019a, [s.p.]). Introduziram, então, novas práticas, comportamentos, métodos, códigos e linguagens na gestão do Estado, “totalmente distintos daqueles que faziam parte do arsenal conhecido à direita e à esquerda. O bolsonarismo – que, por ser lúmpem, opera muito na infralógica e no universo de sentimentos primários e contraditórios – viceja no conflito contínuo [...]” (MARINGONI; ARAÚJO, 2019b, [s.p.]). Assim, o governo expressaria “tentativas antidemocráticas e neo (ou proto) fascistas” (MARINGONI; ARAÚJO, 2019b, [s.p.]).

Outros nomes se envolveram nesse esforço classificatório, dividindo-se entre a pertinência do (neo)fascismo ou o (neo)populismo como alternativa a ele, como Marilena Chauí, Valério Arcary, Michael Löwy, Manuel Loff e Vladimir Safatle. Conforme Chauí (2019) – apesar da atualidade de alguns de seus traços, como cinismo, discurso conspiratório e de ódio ao outro, racismo, homofobia, misoginia, práticas de vigilância, controle e censura, relação direta do líder com o povo, “sem intermediações institucionais e mesmo contra elas” (CHAUÍ, 2019, [s.p.]), fascismo e neofascismo seriam conceitos inadequados para definir a atual conjuntura, estando banalizados pelas esquerdas. Elenca então ausências (como o “líder de massas como autocrata”, militarismo ou “ideia fascista do povo armado”, “nacionalismo extremado” e “imperialismo sob a forma do colonialismo”), propondo como alternativa um “neoliberalismo totalitário” ou um “neoliberalismo como o novo totalitarismo”. Inspira-se nas reflexões frankfurtianas acerca dos efeitos da “sociedade administrada” e mercantilização da gestão de todas as esferas da vida, com o Estado, agora, não absorvendo a sociedade, como nos totalitarismos clássicos, mas sendo absorvido e se espelhando nela e se referenciando no mercado.

A fundamentação de Chauí (2019) nos parece frágil, sobretudo no tocante às supostas ausências, havendo elementos suficientes em contrário. Já discutimos o caso do “nacionalismo extremado”,

simbolicamente estruturante do bolsonarismo. A conjuntura do coronavírus explicitou o conflito de poderes e a desestabilização institucional provocada pela narrativa simplificadora e demonizadora de oposições, instituições e processos judiciais, legitimando os apelos autocráticos. Estes estão evidentes desde antes da campanha, notabilizando-se, nas insinuações do líder e de seu *staff* contra o STF e o Congresso, ecoadas por suas bases em manifestações intimidatórias, nas quais o artigo 142 da Constituição foi reivindicado para legitimar ameaças de uso das forças armadas para garantir a “democracia” e equilibrar os poderes, acabando com o “autoritarismo” do judiciário.

Outra suposta ausência mencionada que também se apresenta como elemento central no imaginário e retórica bolsonarista é, justamente, o povo armado e o militarismo, remetendo à centralidade da mobilização, hierarquia e culto à ação e violência. Isso se evidencia nos pronunciamentos e gestos, assim como nas palavras de ordem ecoadas nas ruas, passando pelas imagens, tuitadas e memes, insistência na revogação do estatuto do desarmamento, na “carta branca para polícia matar” (excludente de ilicitude) e armar o povo para barrar o “autoritarismo” de prefeitos e governadores com suas medidas restritivas para coibir a pandemia. Também é contraditório na negação de Chauí (2019) o fato de usar o totalitarismo, conceito consagrado por Hannah Arendt e caracterizado pela homogeneização do todo social e negação de qualquer diferença ou espaço de autonomia. Falar em totalitarismo (ainda que como “neoliberalismo totalitário”) a aproxima do fascismo que refuta, pois o termo foi cunhado para compreender, justamente, o III Reich em paralelo com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ademais, a própria filósofa menciona muito mais traços do fascismo presentes atualmente do que ausências, destacando-se elementos centrais de sua lógica, o que por si só aponta a proximidade do “tipo ideal” e, no mínimo, a pertinência do uso do prefixo “neo” em lugar de uma alternativa conceitual. Ao fim e ao cabo, o “totalitarismo neoliberal” seria muito similar ao (neo)fascismo (que, inclusive, é caracterizado por alguns pela ênfase no mercado e não no Estado). No cerne, a comum destruição das instituições tradicionalmente reguladoras da vida social,

o desenraizamento do indivíduo seduzido pelas narrativas transcendentais e alienadoras, a ofensiva do capital contra o trabalho organizado e a mobilização pelo ódio e negação da legitimidade de oposições demonizadas, normalizando-se a retórica higienista do corpo social.

Outras vertentes interpretativas presentes nos debates contemporâneos, com as quais a proposta de Chauí (2019) está alinhada, recorrem ao conceito de “fascismo social” (SANTOS; 2016; SANTOS; MENESES, 2010) ou “pós-democracia” e gestão dos indesejáveis (CASARA, 2018). Se as formas jurídicas estão, aparentemente, mantidas, as medidas de exceção (centrais nos fascismos/totalitarismos) tornam-se a norma oculta de gestão dos excluídos do sistema. Direitos e bens essenciais para a manutenção da vida são mercantilizados e quem não pode arcar com seus custos se torna indesejável, perecendo ou sendo excluído ou reprimido. Se, igualmente, a versão social banaliza a retirada das vidas, disseminando ódio e representações demonizadas da alteridade, diferentemente da versão clássica, não se trata de um regime político, mas de regime social e civilizacional. O Estado é testemunha complacente ou culpado ativo e a democracia é tornada desnecessária, sacrificada para fomentar o capitalismo. Assim, o “fascismo social” se constitui a partir das intersecções do neoliberalismo com movimentos, regimes e dispositivos fascistas, em sociedades politicamente democráticas (de baixa ou baixíssima intensidade), mas socialmente fascistas e autoritária.

Essas características e a exclusão e eliminação da vida estão revestidas de fachada democrática e legalizadas. Nas palavras de Juan Carlos Monedero, cientista político e fundador do Podemos, “o fascismo social se move sob estruturas formalmente democráticas, mas com um nível de exclusão próprio de regimes autoritários” (RESPIGHI, 2016, [s.p.]). Pessoas e grupos estão à mercê de decisões unilaterais tomadas por quem detêm o poder sobre elas, sem que possam invocar direitos “que efetivamente os defendem [...] as vítimas são formalmente cidadãos, mas não têm realisticamente qualquer possibilidade de invocar eficazmente direitos de cidadania a seu favor”, não sendo essas pessoas “consideradas plenamente humanas por quem impunemente as pode agredir

ou explorar” (MACHADO, 2016, [s.p.]). É uma política de controle populacional, o “componente autoritário” que acompanha a desregulamentação da economia (o livre mercado) proposta pelo neoliberalismo como “novo tipo de ‘racionalidade’ [...] incompatível com as tradições liberais modernas” (HERNÁNDEZ, 2016, [s.p.]). A desumanização se dá pela privação e “transformação do ser falante, mortal e sexuado em um ente considerado apenas como ‘capital humano’”, o que origina novas figuras históricas (“consumidor consumido”, o “empresário de si mesmo”, o devedor permanente de sua própria vida”, a “vida matável”, “a lógica do ‘ganhador-perdedor’ em todos os registros mais íntimos do vínculo social”) (ALEMÁN, 2018, [s.p.]). Os pactos, procedimentos e contratos institucionais fundantes da democracia moderna vão se dissolvendo, com as instituições reduzidas a “puros simulacros” destituídos de sua eficácia simbólica e o “estado de exceção” se banalizando e corroendo garantias e o projeto da modernidade a partir dessa “mutação neoliberal pós-fascista” do capitalismo (ALEMÁN, 2018, [s.p.]). Há muita influência de Zygmunt Bauman, Pierre Dardot e Christian Laval nesse debate.

Diversos intelectuais se posicionaram contrariamente a essas interpretações, que se pode agrupar como “pós-fascistas” por partilharem do entendimento de que esse fenômeno é temporalmente limitado e não pode se repetir. Michael Löwy (2019) criticou Chauí, iniciando mais um capítulo do longo debate. Ele enfatiza a “espetacular ascensão” da extrema direita, definindo-a como “reacionária, autoritária e/ou ‘neofascista’” e destacando que já governa metade dos países em escala planetária (da Índia e Filipinas aos EUA e Brasil). Se cada um tem suas idiosincrasias e bodes expiatórios (podendo predominar um fundamentalismo religioso, nacionalismo xenofóbico, racismo), também há traços comuns, como “o autoritarismo, o nacionalismo integral [...] a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o ‘outro’, a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade” (LÖWY, 2019, [s.p.]). Inclusive, a caracterização de fascista ou neofascista pode “se aplicar a alguns, mas não a todos”. Löwy (2019) alinha-se, explicitamente, a Boito Jr. (2019a; 2019b; 2019c; 2019d), embora manifeste uma discordância pontual, defendendo

o caráter socialmente mais abrangente do neofascismo (não restrito à pequena burguesia). Se reconhece que a definição de “totalitarismo neoliberal” é rica em alguns sentidos, descarta seu uso por ser demasiado genérica, adotando diferentes formas e coincidindo com o neofascismo, que seria conceito mais apropriado dado as evidentes similaridades entre as experiências clássicas e as contemporâneas (discurso ambíguo, superficialmente crítico e conservador, autoritarismo, antiesquerdismo, culto à violência, caráter destrutivo, negativo, não propositivo, anti-intelectual ou irracional, “politização do racismo e do machismo”).

Se, para Chauí (2019), não mais haveria fascismos por terem sido militaristas, imperialistas e colonialistas, para Löwy (2019) não necessariamente apresentaram tais elementos, como o franquismo. Ele propõe uma designação de neofascistas: “líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e com frequência, raízes históricas nesse passado –, mas também algumas diferenças substanciais” (LÖWY, 2019, [s.p.]), apresentando elementos novos. Ele exemplifica seus argumentos, a partir de Bolsonaro (especificando que não tem partido orgânico), justapondo-o a Le Pen e Trump (que misturaria aspectos neofascistas com reacionarismo tradicional). Além do “neoliberalismo totalitário”, ele refuta a utilização de outras definições, como populismo ou conservadorismo. Embora este seja muito utilizado, não seria um termo apropriado, pois o objeto é mais um “autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal” do que “uma corrente conservadora, no sentido de tradicionalista, nostálgica do passado” (que se enquadraria mais aos “monarquistas”, ressurgidos recentemente) (LÖWY, 2019, [s.p.]).

Löwy (2019, [s.p.]) também pondera que a mídia burguesa e a ciência política acadêmica abusam do “populismo”, que é “inoperante e mistificador”, vago, banalizado e impreciso, servindo de eufemismo para ocultar a realidade dessas extremas-direitas ora no poder, “profundamente antipopulares, intolerantes, com traços fascizantes”, bem distintas das lideranças da modernização na América Latina com discurso e prática nacionalista, anti-imperialista e programa reformista moderado. Ademais, populismo

confunde ao colocar todos os críticos do neoliberalismo “no mesmo saco”. Tampouco estaríamos diante do “fascismo” como retorno, pois “os fenômenos atuais são bastante diferentes”, apresentando ausências (totalitarismo, tropas paramilitares uniformizadas organizadas pelos partidos e uma ameaça revolucionária contra a qual o fascismo constituiu-se em reação do grande capital, que tampouco entusiasma-se com o programa econômico “nacionalista” da extrema-direita).

Em suma, “esse conjunto de diferenças justifica o uso do ‘neofascismo’ para designar forças que apresentam traços fascistas, mas não são uma reprodução do passado” (LÖWY, 2019, [s.p.]). Logo, a ascensão é da “extrema-direita e do neofascismo”, que expressam contradições específicas de seus países e regiões, mas também traços comuns, afinal, é tendência planetária. Reagem à globalização capitalista, por eles caracterizada como um “processo de brutal homogeneização cultural” (LÖWY, 2019, [s.p.]), (re)produzindo “formas de ‘pânico identitário’”, que desaguam em manifestações de intolerância e em conflitos nacionalistas e/ou religiosos; à crise financeira (que provoca depressão econômica, desemprego e marginalização, com influência variável nos países) e ao neoliberalismo (que acumula contradições, injustiças e riquezas, desde os anos 1980, remetendo ao capitalismo liberal pré-1929) (LÖWY, 2019, [s.p.]).

Especificamente sobre Bolsonaro, Löwy (2019) aponta que, se “tem muito em comum com esta vaga planetária ‘marron’” (“temas de agitação sociocultural reacionária”, ideologia repressiva, culto à violência policial e cidadã e intolerância a minorias e oposições), também apresenta diferenças importantes das manifestações europeias. Em muitas destas, há continuidade política e ideológica entre os movimentos clássicos e os “neo”, o racismo é bandeira central e há uma denúncia da globalização neoliberal e financeira, em nome do protecionismo e nacionalismo econômico. Já no Brasil, há um entusiasmo com o programa econômico ultraliberal (“mais globalização, mais mercado, mais privatizações”), o integralismo é ignorado pela maioria e não é o racismo, mas religião e corrupção os temas centrais, sendo o último fator de mobilização agenciado por conservadores desde os anos 1940 para legitimar

golpes. Ademais, o anticomunismo delirante não se refere a um passado real, como no Leste Europeu (onde também é forte, diferentemente da Europa Central).

Adentrando no debate em janeiro de 2020, Vladimir Safatle (2020) destaca a “emergência de um corpo fascista” em resposta ao colapso do lulismo e como “antídoto” à sua “reemergência”. É “versão terrorista e invertida de um corpo político anterior [populista], marcado pela emergência do povo e pelas promessas de transformação social” (SAFATLE, 2020, [s.p.]), o que acaba por bloquear sua ressurgência. Já se disse que “todo fascismo nasce de uma revolução abortada”, sendo Bolsonaro “uma versão militarizada de seu oposto, a saber, Lula [...] tudo foi feito para anular a polaridade real, criando um duplo imaginário”, havendo “pouca polaridade e muita duplicidade” (SAFATLE, 2020, [s.p.]).

A lógica dos “duplos políticos” seria fundamental na compreensão das “regressões fascistas”, e isso está expresso na centralidade que a oposição entre o fascismo bolsonarista e o populismo lulista tem no texto de Safatle (2020). São muito tênues as fronteiras entre esses conceitos nas ciências sociais, o que explica a própria indefinição na caracterização dos fenômenos contemporâneos da extrema-direita, definidos de ambas as formas (às vezes, no mesmo texto). Do mesmo modo, lulismo e bolsonarismo seriam fenômenos aproximáveis em alguns pontos, embora não equivalentes, e é explícita a proposta política desse artigo, que posiciona o autor no debate: superar o “populismo esvaziado de esquerda” e sua rendição ao neoliberalismo para enfrentar o “fascismo contemporâneo”. Aqui Safatle (2020) alinha-se com autores da obra organizada por Heinrich Geiselberger (2019) que, situados no espectro da esquerda “radical” – no sentido atribuído por Norberto Bobbio (2001) –, explicam a “grande regressão” a partir, sobretudo, de contradições da própria esquerda “neoliberal”, o que figura também nas críticas de Badiou (2017) e Boaventura de Souza Santos (2010), para quem a esquerda declinará enquanto não “voltar a ter no horizonte uma alternativa pós-capitalista” (MACHADO, 2016, [s.p.]).

O mérito de Safatle (2020) é retomar a definição de Adorno (2018) do líder fascista como “uma mistura de King Kong e barbeiro de subúrbio” (“alguém como nós’, com a mesma falta de

cerimônia', a mesma simplicidade e irritação"), destacando essa "articulação entre contrários" (SAFATLE, 2020, [s.p.]). De fato, Bolsonaro articula a pretensa onipotência do líder com sua fragilidade, sendo eficaz na mobilização de amplos estratos. É presidente mítico, herói nacional, que deu seu sangue pela pátria, mas, ao mesmo tempo, é simples, pronuncia-se com vestes comuns, faz parecer que toma café da manhã frugal e ama futebol, gerando identificação mais pelas fraquezas que por ideais. Muitos críticos, ao não definirem precisamente o fenômeno nem compreender a eficácia da retórica fascista, ignoram a construção da imagem do líder como produto político e propagandístico racionalmente criado e mantido, uma jogada eficaz de marketing dirigida a segmentos específicos, dentre os quais, obviamente, não figuram intelectuais e pessoas com formação de esquerda. Assim, as muitas trapalhadas do "barbeiro de subúrbio", considerado de forma simplista como vulgar, incapaz e desqualificado, tornam-se o foco das conversas, motivo de riso e desprezo e muitos críticos se desarmam juntamente com quem influenciam. O hilário toma o lugar da urgente e necessária mobilização em torno da formulação e execução de estratégias para enfrentar a retórica e as práticas neofascistas, que conflitam de forma gritante com a dignidade humana. Não teriam muitos progressistas desconsiderado o perigo iminente dos nazistas justamente pelos absurdos que falavam? Os delirantes, porém, eficazes discursos equivalem-se na pós-verdade fundada por aqueles (D'ANCONA, 2018).

Tantos outros autores alinham-se com Boito Jr. (2019a; 2019b; 2019c; 2019d), Löwy (2019) e Safatle (2020), em contraposição a Boron (2019) e Chauí (2019). Arcary (2019) condena a banalização da classificação sumária e superficial de correntes e lideranças de ultradireita como fascistas, advertindo que o neofascismo é perigo real, que exige ser definido com rigor. Se "toda a extrema-direita é radicalmente reacionária" (ARCARY, 2019, [s.p.]), nem toda ela é neofascista. O fascismo "é um movimento contrarrevolucionário da pequena burguesia desesperada, que pode conquistar apoio entre segmentos mais elevados do proletariado" e, como regime, torna-se "uma ditadura burguesa monolítica", governando pelo terror de Estado, subjugando o funcionamento de outras

instituições e respondendo à “necessidade de destruição da esquerda”, recorrendo à censura, perseguição policial e métodos de guerra civil (ARCARY, 2019, [s.p.]). Em sua época, fora o “partido da contrarrevolução mundial”, uma tendência da extrema-direita, com distintas peculiaridades nacionais voltada a suprimir as organizações classistas e de esquerda por meio de métodos de terror, em um contexto de crises, ódio ao bolchevismo e temor de novas revoluções. Já o neofascismo se manifesta após a “restauração capitalista na ex-URSS”, implicando em diferenças, sobretudo, ausência de iminentes alternativas anticapitalistas ou mesmo de perspectivas de “regulação do aumento da desigualdade social [global] através de reformas” (ARCARY, 2019, [s.p.]).

Ainda conforme Arcary (2019, [s.p.]), o contexto é de longa estagnação, agravamento da crise econômica e social e “intensificação das rivalidades no mercado mundial”, com o “giro nacional imperialista dos EUA sob Trump” colocando o perigo de guerra no horizonte histórico. O bolsonarismo – “expressão radicalizada das franjas enfurecidas das mobilizações de classe média, desde 2015” – surgiu com peso de massa no contexto do impedimento de Dilma, apoiando-se no “profundo rancor social da pequena burguesia” (ARCARY, 2019, [s.p.]). É resposta nostálgica da ditadura e autoritária a crises multidimensionais, alimentando-se da “politização do racismo, do machismo e da homofobia” (ARCARY, 2019, [s.p.]), alinhando-se, incondicionalmente, com os EUA. “O regime político no Brasil ainda não foi deslocado”, nem há “tropas de choque de camisas negras” (ARCARY, 2019, [s.p.]). Governa uma coalizão de quatro grupos distintos de extrema-direita (neoliberal, militar autoritário, “da Lavajato” e “fração bolsonarista”), com relações com as milícias e “uma militância virulenta nas redes sociais” (ARCARY, 2019, [s.p.]). É “subversão bonapartista autoritária”, “inimigo irreconciliável das liberdades democráticas” (ARCARY, 2019, [s.p.]), que objetiva usar a vitória eleitoral para impor uma derrota estrondosa à classe trabalhadora, imobilizando sua capacidade de reação por longo período, como em 1964, e implementando ajustes econômicos em prol do capital. Trata-se do “neofascismo em um país semiperiférico-dependente”, respondendo “à crise do regime da Constituição de 1988, e ao ódio ao

projeto igualitarista, ainda que seja sob a forma de um reformismo moderado, como o lulismo” (ARCARY, 2019, [s.p.]).

Arcary (2019) também recorre ao (neo)fascismo por ter um entendimento mais amplo e teórico dessas experiências (que seriam capazes de articular e explicar a conjunção de contradições do sistema capitalista e do processo de modernização, portanto, não se limitariam à Europa nem ao período entreguerras). Ecoando esse entendimento, o historiador português Manuel Loff (cf. VIEL, 2019), igualmente, define como neofascista o discurso de Bolsonaro. Pensando na extrema-direita como tendência, aponta diferentes gerações que encarnaram e expressaram suas ideias, passando do racismo biológico à oposição à imigração, e do anti-comunismo a ataques à lógica redistributiva de políticas sociais e ao “peso dos impostos” (assim como os imigrantes, os pobres seriam preguiçosos). O “racismo culturalista permite criar uma plataforma de convergência de todas as sensibilidades reacionárias” (VIEL, 2019, [s.p.]), ampliando adesões da extrema direita e a suas diferentes bandeiras. Sua estratégia retórica transforma perpetradores em vítimas e difunde síndromes persecutórias (patrão explorado pelo trabalhador, torturador vítima de discurso mentiroso, ditadura como revolução salvadora da democracia), reinventando a organização da sociedade com suas inversões (VIEL, 2019).

Conforme Loff, o bolsonarismo – “neofascismo adaptado ao Brasil do século 21” – seria “a versão mais completa e despuorada da extrema direita”, amalgamando “discurso da ditadura cultural marxista da esquerda” e uma ligação com o mundo evangélico com “nostalgia da ditadura militar, demagogia anticorrupção e um discurso político centrado na questão moral” (VIEL, 2019, [s.p.]). É mais “Steve Bannon” que o próprio Trump, um dos casos mais avançados da “transição autoritária” contemporânea, da intimidação e supressão das oposições e da própria democracia, legitimada por representações conspiratórias e fantasmagóricas, que podem descambar em violência institucional, paralegal (VIEL, 2019).

O fascismo, assim como a democracia, é processo de permanente construção, possibilidade, grau a ser realizado. Se nem todo eleitor de Bolsonaro é neofascista, há um segmento que o é, sendo

grande o percentual da população que aceita ou tolera esse estado de coisas, como nos fascismos clássicos. As soluções autoritárias têm uma “economia da violência, sustentando-se nem tanto sobre o apoio direto, mobilizado, mas “mais sobre o apoio, sobre a intimidação e o medo, ou a indiferença, dos demais [...] a indiferença é tão central na sustentação de um regime quanto é o nível de apoio” (VIEL, 2019, [s.p.]).

3 À guisa de conclusão

Os diferentes autores aqui mencionados podem ser agrupados em duas principais vertentes interpretativas da extrema-direita contemporânea. A primeira pode ser denominada de teóricos do (neo)fascismo e a segunda, de pós-fascistas, com suas respectivas subdivisões. Na origem dessa divergência, parece estar nem tanto a caracterização dos fenômenos atuais, mas o próprio entendimento teórico do que constitui o fascismo: se uma experiência histórica peculiar ou uma derivação da modernidade, dispositivo autoritário e violento de resolução de parte de suas contradições. Os objetos analisados são os mesmos, mudando-se o repertório conceitual e a fundamentação teórica mobilizada para sua compreensão.

É evidente que o uso do termo “fascismo” hoje é profícuo, enriquece o debate e demonstra um grau de adequação, na medida em que foi cunhado para definir o extremismo das direitas no entre-guerras e permite vislumbrar suas continuidades, como a configuração retórica fundada em fantasmagorias úteis para angariar apoio em defesa de valores ameaçados. Basta lembrar que, o teste de paternidade da pós-verdade deu positivo para os fascismos clássicos, cujo poder derivou da “cooptação da verdade e promulgação difundida de mentiras” (FINCHELSTEIN, 2020, p. 1).

No entanto, quem defende a superação necessária do conceito original enfatiza as rupturas, igualmente verificáveis, fazendo-o também de forma acertada. Passou-se mais de meio século, em um tempo histórico marcado por transformações e temporalidade aceleradíssima. Na bibliografia especializada igualmente, não há consenso sobre os limites espaciais e temporais dos fascismos,

tampouco em torno de uma definição única e de sua relação com o populismo (SACCOMANI, 1998). Expressa essa porosidade a obra de Federico Finchelstein (2020), que define populismo como o fascismo adaptado à democracia, ora falando em pós-fascismo, ora em populismo, situando Bolsonaro e Trump em uma zona limiar. Já os diferentes autores reunidos por Geiselberger (2019) dividem-se entre a definição de populismo (majoritária) e fascismo, agregando diferentes prefixos.

Como síntese possível, ao aproximar casos contemporâneos do tipo ideal dos “fascismos”, há um grau considerável de adequação em se tratando dos elementos centrais, constituintes desse conceito. A própria Chauí (2019) não o nega. Contudo, devido à mudança conjuntural e especificidade de cada experiência histórica concreta, também se faz necessário usar um conceito que demarque a diferença relativa aos casos clássicos, historicamente bem delimitados no período entreguerras. Destarte, o neofascismo, ao invés do “pós-fascismo”, parece se apresentar como alternativa conceitual mais pertinente, dando conta, simultaneamente, das continuidades e rupturas, superando perspectivas unilaterais. Quanto aos autores debatidos, até pelo espaço de suas intervenções (de propósitos midiáticos), via de regra, não manifestaram preocupação conceitual rigorosa, apenas posicionando-se ou “marcando posição”, mas suas descrições mínimas de fascismo trazem elementos centrais da inconciliável bibliografia especializada.

Referências

ADORNO, Theodor W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>. Acesso em: 3 abr. 2019.

ALEMÁN, Jorge. Neoliberalismo e pós-fascismo. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 27 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578372-neoliberalismo-e-pos-fascismo-artigo-de-jorge-aleman>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARCARY, Valério. Questões sobre o neofascismo (e Bolsonaro). **A terra é redonda**, [online], 25 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/questoes-sobre-o-neofascismo-e-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BADIOU, Alain. Do “Fascismo Democrático” a um novo comunismo? **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 5 set. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/571369-do-fascismo-democratico-a-um-novo-comunismo>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 2001.

BOITO JR, Armando. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 jan. 2019a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. O neofascismo já é realidade no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. As dificuldades da luta popular diante do fascismo, por Armando Boito Jr. **Brasil de Fato**, São Paulo, 12 abr. 2019c. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. A burguesia, o “lumpesinato” e o governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 abr. 2019d. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/artigo-or-a-burguesia-o-lumpesinato-e-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BORON, Atilio A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRITO, Gabriel. “Um Brasil de Bolsonaro será quebrado economicamente, isolado no mundo, exaurido e ensanguentado”. Entrevista com Virgínia Fontes. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 13 out. 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583695-um-brasil-de-bolsonaro-sera-quebrado-economicamente-isolado-no-mundo-exaurido-e-ensanguentado-entrevista-com-virginia-fontes. Acesso em: 11 mar. 2018.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A terra é redonda**, [online], 6 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

ELKANNIN, Alain. "O fascismo foi uma tragédia, hoje é uma farsa". Entrevista com Massimo Cacciari. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 25 mar. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587757-o-fascismo-foi-uma-tragedia-hoje-e-uma-farsa-entrevista-com-massimo-cacciari>. Acesso em: 11 mai. 2020.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FINCHELSTEIN, Federico. **A brief history of fascist lies**. Oakland: University of California Press, 2020.

GEISELBERGER, Heinrich *et al.* **A grande regressão**: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

HERNÁNDEZ, Eulogio González. A história do caminho do capitalismo para o fascismo social. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 3 fev. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/551338-a-historia-do-caminho-do-capitalismo-para-o-fascismo-social>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ESTAMOS vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal: Entrevista especial com Luis Felipe Miguel. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 25 out. 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584059-estamos-vivendo-o-capitulo-brasileiro-da-falencia-global-da-democracia-liberal-entrevista-especial-com-luis-felipe-miguel. Acesso em: 11 mar. 2020.

KARG, Juan Manuel. A pós-verdade é o pré-fascismo. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 31 out. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584258-a-pos-verdade-e-o-pre-fascismo>. Acesso em: 12 mar. 2020.

LÖWY, Michel. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **Carta Maior**, São Paulo, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-Bolsonaro/4/45603>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MACHADO, Ricardo. A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social: Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 8 dez. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MARINGONI, Gilberto; ARAÚJO, Artur. O lumpesinato no poder – Bolsonaro, 100 dias. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 10 abr. 2019a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-lumpesinato-no-poder/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Por que o grande capital colocou o lumpesinato no poder? **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 mai. 2019b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/24/artigo-or-por-que-o-grande-capital-colocou-o-lumpesinato-no-poder/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

NECCHI, Vitor. Estejam preparados para viver com as consequências dessa escolha: se o pior acontecer, vocês não vão poder dizer que não sabiam. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 26 out. 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584099-estejam-preparados-para-viver-com-as-consequencias-dessa-escolha-se-o-pior-acontecer-voces-nao-vaopoder-dizer-que-nao-sabiam-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes. Acesso em: 11 mar. 2020.

PY, Fábio. Cristologia cristofascista de Bolsonaro. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 8 jun. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589884-cristologia-cristofascista-de-bolsonaro>. Acesso em: 11 mar. 2020.

RESPIGHI, Emanuel. O fascismo social se move sob estruturas formalmente democráticas: Entrevista com Juan Carlos Monedero. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 13 set. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/560008-o-fascismo-social-se-move-sob-estruturas-formalmente-democraticas>. Acesso em: 6 mar. 2020.

ROCHA, Bruno Lima. A nova república acabou, a esquerda ainda não ressurgiu e o fascismo insiste em ressuscitar. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 5 out. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/572368-a-nova-republica-acabou-a-esquerda-ainda-nao-ressurgiu-e-o-fascismo-insiste-em-ressuscitar-1>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: EdUNB, 1998.

SAFATLE, Vladimir. Como a esquerda brasileira morreu. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 12 fev. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596214-como-a-esquerda-brasileira-morreu-artigo-de-vladimir-safatle>. Acesso em: 11 mai. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Jesse. A ascensão do fascismo. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 13 out. 2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583694-ascensao-do-fascismo-artigo-de-jesse-souza. Acesso em: 11 mar. 2020.

VIANNA, Luiz Werneck. Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 19 jul. 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/15373-fascismo-moralismo-faz-a-politica-ficar-de-fora-da-discussao-entrevista-especial-com-luiz-werneck-vianna>. Acesso em: 10 mar. 2020.

VIEL, Ricardo. "O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21". Entrevista com Manuel Loff. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, 1 ago. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/591277-o-bolsonarismo-e-o-neofascismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21>. Acesso em: 11 mai. 2021.